

# Lewandowski negociará R\$ 1,5 bi com o Congresso

Parlamentares aumentam fatia de verbas no Ministério da Justiça

O ex-ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Ricardo Lewandowski assumirá o Ministério da Justiça e da Segurança Pública com uma fatia maior do orçamento controlada por parlamentares. A soma de recursos indicados por deputados e senadores saltou de cerca de R\$ 500 milhões no ano passado para R\$ 1,5 bilhão no Orçamento de 2024.

No total, o ministério contará com mais verbas para ações de segurança pública, que aumentaram de R\$ 13,7 bilhões para R\$ 15,4 bilhões. Estas ações abrangem desde o custeio e a folha de pagamento das polícias até investimentos em tecnologia e na aquisição de viaturas.

O aumento dessa parcela do orçamento, porém, foi impulsionado pelas indicações políticas. O ministro tem pouca influência sobre a execução das emendas, geralmente direcionadas aos redutos políticos dos parlamentares.

Já a cifra disponível para as ações definidas pela própria pasta caiu. Trata-se da verba classificada como discricionária, que não está comprometida com indicações parlamentares ou gastos obrigatórios e salários. Esse recurso passou de cerca de R\$ 3,2 bilhões para R\$ 2,9 bilhões.

No ano passado, o governo usou a verba própria principalmente para atividades da Polícia Federal, com pagamentos de diárias e compra de viaturas e aeronaves. O recurso discricionário também serviu para confecção de passaportes, entre outros serviços.

O ministério ainda perdeu cerca de R\$ 50 milhões do dinheiro próprio durante as discussões sobre o Orçamento no Congresso. “Além da redução, algumas programações orçamentárias foram alteradas, o que compromete sobremaneira o planejamento do órgão”, afirmou a pasta, em nota.

O presidente Lula (PT) anunciou em 11 de janeiro a escolha de Lewandowski para o comando da Justiça. O atual ministro, Flávio Dino, foi indicado por Lula para uma vaga no STF.

No total, há R\$ 21,89 bilhões reservados para o ministério este ano. A pasta teve



Rosinei Coutinho/SCO/STF

Futuro ministro será empossado no comando da pasta em 1º de fevereiro

R\$ 20,6 bilhões disponíveis no ano anterior, sendo que R\$ 19,8 bilhões foram empenhados — etapa que antecede o pagamento.

A verba do ministério é distribuída entre diversos órgãos e fundos. A Polícia Federal, por exemplo, recebe R\$ 9,4 bilhões. Já o Fundo Nacional de Segurança Pública tem orçamento de R\$ 2,2 bilhões.

A maior parte do dinheiro do ministério e desses órgãos será usada para cobrir gastos com pessoal e encargos sociais, como salários e aposentadorias. Estão reservados R\$ 13,2 bilhões para essas despesas

O Fundo Penitenciário Nacional, que chegou a ter R\$ 500 milhões disponíveis em 2023, começa o novo ano com cerca de R\$ 360 milhões. Em nota, o Ministério da Justiça disse que o orçamento do fundo foi elaborado considerando estimativas de receita e o valor referencial disponibilizado pelo Ministério do Planejamento e Orçamento.

“Assim, existe a expectativa do orçamento do Funpen ser majorado, da mesma forma que ocorreu em 2023, durante o transcorrer do exercício”, afirmou a pasta.

A CCJ (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania) da Câmara indicou R\$ 725 milhões ao ministério, cerca de metade da verba de emendas da pasta. Na sequência, a bancada de São Paulo direcionou R\$ 158,4 milhões.

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) apresentou emendas de R\$ 20,6 milhões, o maior repasse de um único parlamentar ao ministério. Uma das emendas do filho do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) prevê a compra de drones e capacetes, além de R\$ 10 milhões em fuzis para a Polícia Militar.

Praticamente todo o recurso das emendas direcionadas ao ministério é usado para equipar forças de segurança com novas viaturas, sistemas de monitoramento e outros equipamentos.

Sob o limites do novo arcabouço fiscal, qualquer ampliação da despesa precisa ser compensada com a redução de outros gastos. Por isso, o avanço das emendas pode restringir os investimentos próprios dos ministérios.

Lewandowski assume o cargo a partir do dia 1º de fevereiro. Até lá, Dino e o futuro

ministro trabalham juntos na transição do cargo.

O ex-ministro do Supremo deixou a corte em abril passado, ao completar 75 anos de idade — da aposentadoria compulsória. Ele foi substituído na ocasião pelo advogado de Lula Cristiano Zanin.

Ao sancionar o Orçamento deste ano, Lula aplicou um corte de R\$ 5,6 bilhões nas chamadas emendas de comissão, que, segundo líderes do Congresso, serão usadas para acordos políticos que fortalecem as cúpulas da Câmara e do Senado. Foram vetados cerca de R\$ 80 milhões direcionados à Justiça.

Apesar da tesourada bilionária de Lula, o total em emendas parlamentares em 2024 será recorde: R\$ 47,5 bilhões.

Existem três tipos de indicações parlamentares: as emendas individuais (que todo deputado e senador têm direito), as de bancada (parlamentares de cada estado definem prioridades para a região) e as de comissão (definida por integrantes dos colegiados do Congresso).

Por Mateus Vargas (Folhapress)

# Lula mantém recursos militares



José Cruz/ Agência Brasil

Manutenção de investimentos é vitória de José Múcio

de forma precisa, por acompanhar a execução orçamentária programa a programa, incluindo dispêndios novos e restos a pagar, os militares investiram R\$ 8,13 bilhões em 2023.

Isso representa apenas 6,8% do desembolso total, um problema crônico do setor, que gastou 79,8% dos R\$ 119 bilhões com pessoal ati-

vo e inativo e busca sem sucesso saídas para o cenário. O restante foi despendido com custeio, o cotidiano da administração das organizações militares.

Em 2021 e 2022, a proporção foi a mesma em valores já corrigidos pela inflação. Isso equivale a cerca de 1,1% do PIB do país, abaixo dos 2% preco-

nizados pela Otan, o padrão-ouro da área no mundo e defendido como meta pela Defesa desde os anos 2000. Em 2020, o investimento foi algo maior, R\$ 9,9 bilhões.

Questionado, Múcio não comentou o contexto político. Em nota, sua assessoria disse que “os projetos estratégicos têm sido mantidos e que o direcionamento dos esforços é nesse sentido”. Mas afirmou que “as regras fiscais dos últimos anos trazem limitações para o incremento desse tipo de gastos, o que torna um grande desafio o cumprimento de cronogramas”.

Com o patamar atual, o país volta ao nível em valores corrigidos de investimento militar de 2008, antes da entrada em vigor dos grandes negócios de defesa patrocinados por Lula em seu segundo mandato, como o acordo Brasil-França para fabricar submarinos e helicópteros.

Por Igor Gielow e Gustavo Patu (Folhapress)

## CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Valter Campanato/Agência Brasil



Poder de Bolsonaro é questionado no partido

### Divergências expõem crise de identidade no PL

O PL vive uma crise de identidade gerada pelo aprofundamento das divergências entre sua ala mais moderada e a ligada a Jair Bolsonaro. Desde que elogiou Lula, o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, enfrenta questionamentos do grupo mais radical, que duvida de sua fidelidade ao bolsonarismo.

Ele chegou a levar uma estocada do presidente

do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Irritado pelas críticas de Costa Neto em relação à sua eventual passividade em ações policiais contra parlamentares, Pacheco, sem citar o oponente, citou líderes que não conseguem organizar a oposição e que apenas fingem lutar por impeachment de ministro do Supremo Tribunal Federal para “iludir” adeptos.

#### Pé na porta

A outra ala não gostou da decisão do vereador Carlos Bolsonaro de ir para o PL (é do Republicanos) e assumir a presidência de seu diretório carioca. A demonstração de poder não foi bem digerida: “O (Jair) Bolsonaro não faz política, vai com o pé na porta”, diz um parlamentar.

#### Ramagem

Outro motivo de desgaste foi o papel de Carlos na indicação do deputado Alexandre Ramagem à prefeitura do Rio. A escolha ocorreu depois de notícias sobre seu suposto envolvimento em espionagem ilegal. A candidatura subiu no telhado depois dos fatos da semana passada.

Marcello Casal Jr/Agência Brasil



Presidente do PL acena para os dois lados

### Valdemar Costa Neto procura manter partido sob controle

Costa Neto tenta se equilibrar: aumenta suas críticas ao Supremo Tribunal Federal, mas faz vista grossa à entrega, pelo Planato, de cargos para indicados por parlamentares do PL, estes, fiéis ao governismo que caracteriza a legenda.

Ele não quer abrir mão do controle do partido, o que inclui o apoio à reeleição

de Ricardo Nunes (MDB) em São Paulo. Mas quer os votos bolsonaristas que fizeram o PL eleger 99 deputados federais e ter, consequentemente, a maior fatia dos fundos partidário e eleitoral. A tarefa não é fácil: o radicalismo bolsonarista deverá fazer o partido perder, no Rio, um deputado federal e um prefeito.

#### Psol-RJ quer Lula

Pré-candidato a prefeito do Rio, o deputado Tarcísio Motta (Psol) quer ter Lula em seu palanque — isto, apesar de o presidente ter se comprometido com a reeleição de Eduardo Paes (PSD). Ressalta que não seria novidade o PT apoiar diferentes candidatos a cargo executivo.

#### Liberdade

Além do respaldo do presidente, Motta quer que parlamentares e militantes do PT, PCdoB e PV possam apoiar abertamente sua candidatura, sem riscos de punição. A federação formada pelos três partidos deve se ligar com Paes. “Sou da base do Lula”, frisa.

#### Olho em 2026

Na avaliação de Motta, sua ida para o segundo turno contra, provavelmente, Paes representaria uma derrota importante do bolsonarismo, o que facilitaria a vida de Lula no Rio em 2026. Ele conta também com o enfraquecimento de Ramagem, alvo da PF, da PGR e do STF.

#### A Martha do Rio

O deputado afirma que gostaria de ter um pedetista como vice: admite que a deputada estadual Martha Rocha seria uma boa opção. Ela é pré-candidata à prefeitura, mas não descarta uma composição com o Psol. As conversas serão retomadas depois do Carnaval.